

Comissão do Congresso aprova Orçamento de 2024 e ministérios terão verba reduzida para recuperar PAC

ACMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso aprovou na quinta-feira (21) o texto-base do Orçamento de 2024.

Ainda serão votadas as propostas de mudanças em trechos do projeto. Depois, o texto precisa ser analisado pelo plenário do Congresso, o que deve ocorrer nesta sexta (22).

Para contornar a desidratação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), principal vitrine do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área de infraestrutura, o governo apresentou uma lista de cortes em ministérios.

Foi confirmado que o governo prevê uma redução de R\$ 6,3 bilhões em despesas ligadas ao salário mínimo,

como pagamento de aposentadorias e seguro desemprego.

Integrantes do governo dizem que a redução nos gastos com salário mínimo significa uma correção diante do arrefecimento da inflação, que está atrelada ao aumento do piso salarial.

O projeto de Orçamento de 2024 foi desenhado com uma previsão de salário mínimo de R\$ 1.421. No entanto, a estimativa mais atualizada é que o valor deverá ser de aproximadamente R\$ 1.412.

O governo também cortou verba de vários outros ministérios, como Fazenda, Mulheres, Cidades, Transportes, Defesa, Saúde, Educação, entre outros.

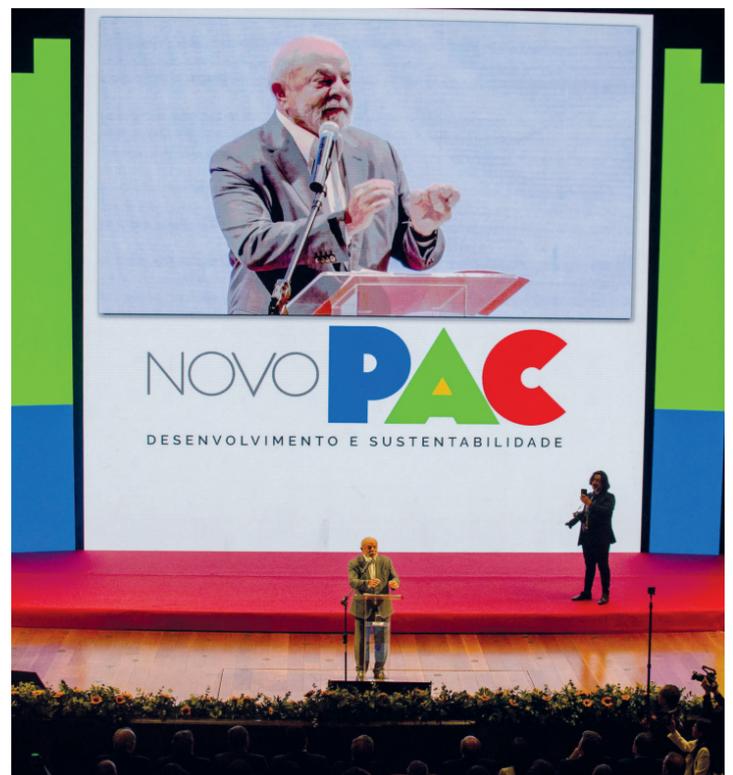
O objetivo foi evitar o esvaziamento do PAC. O Congresso caminhava para

reduzir o programa de obras de R\$ 61,3 bilhões para R\$ 44,3 bilhões no relatório do Orçamento apresentado na quarta-feira (20).

A previsão agora é que o PAC continue perdendo dinheiro, mas que a tesourada seja menor - da ordem de R\$ 6 bilhões. Portanto, o programa deve ficar com cerca de R\$ 55,3 bilhões.

“Houve uma série de acordos que possibilitam o governo executar esse Orçamento. Evidentemente vamos ter problemas em diversas áreas, como todo ano tem. Mas vamos buscar superar. Tivemos uma batalha muito grande para manter os recursos do PAC”, disse o líder do governo na CMO, deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Thiago Resende/Folhapress



Economia



Campos Neto: projeção de corte de 0,5 ponto na Selic é para 2 reuniões

Página - 03

Política

Congresso abre caminho para BNDES captar recursos com isenção de IR para investidor

Página - 04

Agressão de deputado do PT e comportamento de bolsonaristas desmoralizam Congresso, diz Lira

Página - 04

MP autoriza quitação de R\$ 93,1 bilhões em precatórios atrasados

Página - 03



Cimed volta aos M&As e quer “marca referência” para bebês

Página - 05



Estée Lauder investe na marca chinesa de perfumes Melt Season

Página - 05



No Mundo

Atirador mata 15 na República Tcheca, no pior ataque do país em 30 anos



Um ataque a tiros em uma universidade na região central de Praga, capital da República Tcheca, deixou ao menos 15 mortos, incluindo o atirador, na quinta-feira (21). Outras 25 pessoas ficaram feridas, sendo que dez delas estão em estado grave.

Trata-se do ataque a tiros com o maior número de mortos pelo menos desde que o país da Europa Central se tornou independente em 1993. O atirador tinha 24 anos e era aluno do curso de artes da Universidade Charles, informou a polícia. Pouco antes de realizar o ataque na instituição de ensino, ele teria também matado seu pai, em casa.

Não há detalhes sobre a motivação do crime e, em um país no qual ataques a tiros semelhantes a esse são incomuns, a polícia afirmou em seus comentários iniciais que acredita que o autor do atentado tenha se inspirado em massacres semelhantes ocorridos em outras nações. A hipótese de terrorismo foi prontamente descartada pelos agentes.

Martin Vondrasek, chefe da polícia local, disse que informações iniciais de redes sociais mostram que ele pode ter se inspirado em um ataque similar na Rússia no início de outubro. O atirador, afirmou o policial, possui diversas armas de fogo obtidas de maneira legal.

A polícia não mencionou qual seria o episódio em território russo. Nos últimos meses, a Rússia assistiu a mais de um ataque a tiros em ambiente escolar. No final de setembro, por exemplo, um atirador que vestia camiseta com o símbolo nazista da suástica matou 15 pessoas, sendo 11 crianças, antes de se suicidar.

O ataque na Universidade Charles nesta quinta-feira ocorreu pouco depois das 15h no horário local (11h em Brasília), e o atirador teria se posicionado inicialmente no quarto andar, apoiado no parapeito. A praça de Jan Palach, no coração histórico de Praga e onde fica a instituição, foi isolada pela polícia. Folhapress

Brasil retira mais 32 pessoas da Faixa de Gaza em meio a intensificação de ataques

Um novo grupo de 32 pessoas formado por cidadãos do Brasil e por familiares próximos deixou a Faixa de Gaza na quinta-feira (21) pela passagem de Rafah, na fronteira com o Egito, informou o Itamaraty no início da tarde pelo horário de Brasília. O grupo se encontra no país do norte da África e seria levado até a capital, Cairo, acompanhado por membros da embaixada do Brasil no Egito, em um trajeto normalmente feito em ônibus contratados pela representação diplomática com tempo estimado de 6 horas de viagem.

Trata-se da terceira operação da diplomacia brasileira para resgatar cidadãos do Brasil do território palestino hoje em guerra. Antes, outras duas missões retiraram 48 e 32 cidadãos cada.

Uma vez no Brasil, os repatriados têm recebido apoio

do Ministério da Justiça e da Segurança Pública para regular sua situação migratória e acessar serviços e possibilidades de estudo e emprego.

A previsão é de que o novo grupo resgatado nesta quinta-feira chegue ao Brasil no sábado (23), por volta das 8h. Eles serão transportados por uma aeronave da Força Aérea Brasileira, a FAB, que decolou da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, na manhã de quinta-feira.

Na aeronave, que tinha como destino o Aeroporto Internacional do Cairo, estava um carregamento de seis toneladas de purificadores de água e kits fotovoltaicos fornecidos pelo governo brasileiro e que serão repassados ao Crescente Vermelho Egípcio, organização responsável por fazer o transporte e a entrega dos insumos de ajuda humanitária que entram em Gaza. Folhapress



Governo Milei vai mandar boleto com custo de operação policial para manifestantes na Argentina



O governo de Javier Milei confirmou que enviará, para organizações sociais e de esquerda, o boleto com os custos da grande operação policial realizada no centro de Buenos Aires na quarta-feira (20) para impedir que manifestantes cortassem as ruas da cidade.

“A operação teve um custo alto e, quando terminarmos de quantificá-lo nas próximas horas, o boleto vai ser enviado para cada uma das organizações que participaram e que vão ter que assumir o custo que foi para todos os argentinos conseguir que o país esteja em paz e com as

vias de circulação liberadas”, disse na manhã da quinta (21) o porta-voz da presidência, Manuel Adorni. A ministra da Segurança, Patricia Bullrich, já havia anunciado, quando divulgou um novo protocolo contra bloqueios de rua por manifestantes, que organizações pagariam pelo custo das operações.

“O Estado não vai pagar pelo uso da força de segurança, as organizações terão que assumir os custos”, afirmou.

O protesto ocorreu em um ambiente de tensão após ameaças do governo de que retiraria auxílios sociais de quem bloqueasse ruas da cidade, de que identificaria par-

ticipantes dos bloqueios e denunciaria ao serviço social as mães que levassem crianças para o protesto.

Organizações de esquerda como Polo Obrero, Movimento Socialista dos Trabalhadores e Aposentados Insurgentes saíram às ruas para protestar contra cortes de gastos públicos anunciados pelo governo Milei.

Milhares de homens das forças de segurança do país, como a Gendarmeria Nacional e a Polícia Federal conseguiram impedir, na maior parte do tempo, que os manifestantes bloqueassem avenidas e se mantivessem perto das calçadas. CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Campos Neto: projeção de corte de 0,5 ponto na Selic é para 2 reuniões



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou na quinta-feira (21) que a projeção do Comitê de Política Monetária (Copom) de seguir reduzindo os juros em 0,5 ponto percentual serve apenas para as próximas duas reuniões do colegiado, não valendo para indicar cortes posteriores.

As próximas duas reuniões do Copom estão marcadas para janeiro e março do ano que vem, e a seguinte será em maio. Hoje, a taxa Selic encontra-se em 11,75% ao ano, após quatro reduções seguidas de 0,5 ponto percentual. No corte mais recente, neste mês, o comitê comuni-

cou que deve manter o ritmo de redução “pelas próximas reuniões”, deixando em aberto quanto duraria o ciclo de baixa.

Ao ser questionado nesta quinta, Campos Neto afirmou que o Copom definiu que em suas comunicações dever manter um guidance - uma indicação para o futuro - curto, abarcando apenas as próximas duas reuniões.

“É um horizonte compatível com as nossas incertezas e a nossa visibilidade como política monetária”, disse Campos Neto. “A gente acha que essa é a forma de conduzir a política [monetária] com o mínimo de custo, o mínimo ruído possível”, acrescentou.

O presidente do BC ressaltou, contudo, que “a gente não garante nada”, e que, mesmo com a indicação de corte nas próximas duas reuniões, isso pode ser reavaliado a cada reunião.

Questionado se uma eventual flexibilização da meta fiscal do governo pode afetar o ritmo de queda de juros, Campos Neto respondeu que essa relação existe, mas “não é mecânica”. Ele ponderou haver outros fatores que compensam eventual aumento de gastos estatais, como a aprovação de reformas como a tributária, cuja emenda constitucional foi promulgada na quarta-feira (20) no Congresso.

Felipe Pontes/ABR

MP autoriza quitação de R\$ 93,1 bilhões em precatórios atrasados

O governo quitará, nos próximos dias, R\$ 93,1 bilhões em precatórios atrasados sem que os gastos sejam registrados no arcabouço fiscal nem incluídos no resultado primário. A Medida Provisória 1.200/2023 abriu crédito extraordinário para pagar os passivos autorizados pela Emenda Constitucional dos Precatórios.

Segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento, do valor total, R\$ 15,8 bilhões referem-se ao passivo acumulado desde 2022 e R\$ 44,3 bilhões são relativos a valores não pagos este ano. Há ainda R\$ 32,3 bilhões não previstos no Orçamento de 2024 e R\$ 714 milhões relativos ao recolhimento da contribuição patronal (contribuição para a Previdência do serviço público) originada do pagamento de precatórios a servidores públicos.

Os precatórios são dívidas do governo determinadas por sentenças judiciais definitivas - transitadas em jul-

gado, sem a possibilidade de recurso. Em 2021, a Emenda Constitucional dos Precatórios permitiu o adiamento do pagamento de dívidas acima de 60 salários mínimos e o parcelamento de débitos do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundeb) até o fim de 2026.

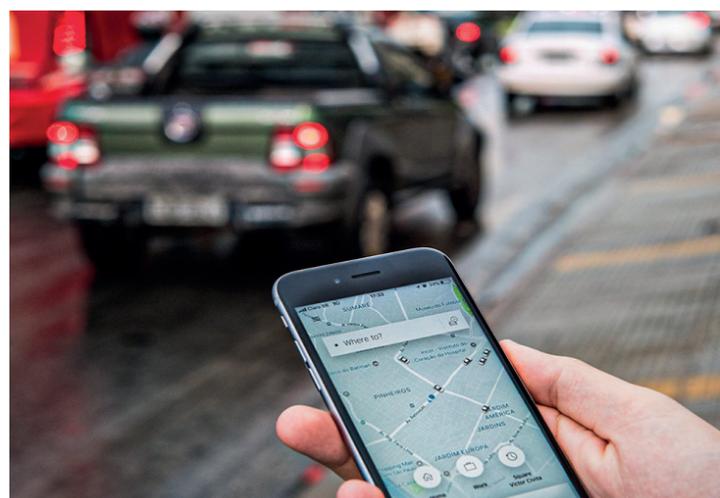
Desde a promulgação da emenda, o passivo estava acumulado em torno de R\$ 95 bilhões, mas, segundo a equipe econômica, poderia chegar a R\$ 250 bilhões no início de 2027 com a correção de multa e com o adiamento e parcelamento de novos precatórios de grande valor.

No fim de novembro, o STF autorizou a quitação dos valores atrasados por meio de créditos extraordinários até o fim de 2026. Esses créditos estarão fora do limite de gastos do arcabouço fiscal e do cálculo do resultado primário - resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública.

Wellton Máximo/AB



Projeto que regulamenta trabalho por aplicativo deve ficar pronto em janeiro



O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quer fechar o texto do projeto de lei que regulamenta o trabalho por aplicativo até meados de janeiro. O novo prazo foi estabelecido pelo ministro em coletiva de imprensa realizada na quinta-feira (21) para fazer um balanço das atividades da pasta em 2023.

“Fechamos as bases econômicas, resta escrever isso, mas escrever é tão importante ou mais do que as bases negociais. Vamos combinar data em mês de janeiro para [o presidente] Lula assinar e entregar ao parlamento”, disse.

A mesa de negociação estabelecida pelo MTE (Ministério do Trabalho) permitiu

um acordo entre as empresas de transporte de pessoas e os motoristas. O mesmo não aconteceu com as companhias de entrega de mercadorias.

“Sempre estaremos abertos para novas propostas. Se desejarem, estamos abertos para voltar a mesa e fazerem proposta a tempo. Quando encaminharmos projeto de lei, se não tiver acordo, vamos apresentar e dar ao parlamento a visão do governo com os mesmos conceitos do transporte de pessoas”, pontuou Marinho.

Outro tema em aberto para 2024 no MTE é o destino dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Uma lei aprovada em 2019 permite que parte dos

recursos do fundo sejam utilizados para financiar o déficit da Previdência.

O MTE discorda da medida porque julga que a medida enfraquece o propósito do fundo, que é proteger o trabalhador desempregado e investir em projetos que geram empregos.

Caso o projeto avance, o Tesouro Nacional deveria assumir o que hoje é pago pelo FAT para a Previdência. “É necessário a partir da Reforma Tributária um capítulo ser destinado a recompor força do FAT. Isso é agenda em aberto com [o ministro da Fazenda, Fernando] Haddad, que não fechamos aguardando tributária”, apontou Marinho.

Lucas Marchesini/Folhapress

Política

Congresso abre caminho para BNDES captar recursos com isenção de IR para investidor



O Congresso Nacional abriu caminho para que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) possa captar recursos mediante a concessão de um benefício aos investidores, que terão isenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos.

Um dispositivo inserido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, já aprovada, flexibiliza as regras para incentivos ligados à emissão de letras de crédito destinadas ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico de longo prazo.

A medida é estratégica para os planos do banco de fomento, que quer lançar a chamada LCD (Letra de Cré-

dito ao Desenvolvimento), uma opção para reduzir sua dependência em relação ao Tesouro Nacional.

Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, uma MP (medida provisória) para formalizar a criação do instrumento já tramita dentro do governo, mas só poderá ser publicada após a sanção da LDO. Estimativas apontam uma renúncia inferior a R\$ 1 bilhão ao ano.

O incentivo das LCDs se assemelha ao benefício concedido aos brasileiros que aplicam recursos em LCI ou LCA (letras de crédito imobiliário e do agronegócio, respectivamente). Nessa modalidade, os segmentos conseguem captar recursos oferecendo uma vantagem aos investidores: a isenção de IR

sobre os ganhos obtidos com o título. No Orçamento de 2024, a Receita Federal estimou uma renúncia de R\$ 6,56 bilhões no Imposto de Renda com os benefícios atrelados a LCI e LCA.

Os valores ligados à emissão de LCD devem ser menores porque os bancos de desenvolvimento serão os únicos emissores. Além disso, o próprio BNDES prevê uma implementação gradual do instrumento. O ajuste na LDO era necessário porque o texto restringia a concessão de novos benefícios tributários a um prazo máximo de cinco anos, o que poderia ser um complicador, uma vez que as LCDs podem ser emitidas com prazos maiores até o resgate dos recursos pelo investidor.

Idiana Tomazelli/Folhapress

Congresso faz ofensiva para ampliar verbas políticas bilionárias em ano eleitoral

O Congresso Nacional deve votar na quinta-feira (21) proposta que turbinas as verbas públicas usadas na campanha eleitoral e em obras patrocinadas por deputados e senadores em seus redutos eleitorais.

O relatório do Orçamento da União para o ano que vem traz a elevação do Fundo Eleitoral para R\$ 5 bilhões o dobro do usado em 2020 nas últimas eleições municipais e das emendas parlamentares para R\$ 53 bilhões, um novo recorde.

A Comissão Mista de Orçamento deve votar o relatório nesta quinta pela manhã. Logo depois, à tarde, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prevê a votação do projeto do Orçamento em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado.

Nos últimos dias, a cúpula da Câmara intensificou a articulação para engordar o

fundo eleitoral e, em reunião com o relator do Orçamento, Luiz Carlos Motta (PL-SP), ficou decidido o valor de R\$ 4,961 bilhões. O montante foi antecipado pela Folha no início de novembro.

Esse é o mesmo patamar do fundo das eleições nacionais do ano passado, quando a disputa foi para presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Em 2024, estarão em jogo os cargos de prefeito e vereador.

O Senado e deputados de estados menores vinham defendendo que o fundo fosse de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, o que equivale ao valor gasto em 2020, corrigido pela inflação. Na avaliação do Senado, não há justificativa plausível para distribuir a candidatos a prefeitos e vereadores que percorrem apenas seus municípios o mesmo montante usado em uma corrida para presidente, governadores, senadores e deputados federais.

Thiago Resende/Folhapress



Agressão de deputado do PT e comportamento de bolsonaristas desmoralizam Congresso, diz Lira



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quinta-feira (21) esperar que os partidos políticos não fechem acordos para preservar de punição os deputados que participaram de agressões físicas e verbais durante a promulgação da reforma tributária.

Lira se referia ao tapa dado pelo deputado Washington Quaquá (PT-RJ) no rosto do deputado Messias Donato (Republicanos-ES) e às vaias de bolsonaristas contra a presença do presidente Lula (PT) na solenidade.

“Eu apelo sim pela dignidade política dos partidos envolvidos para que, depois desses atos de deputados que patrocinaram todo tipo de deslealdade e atos de falta de decoro, não se tenha acordo

no Conselho de Ética --como já houve em outros casos--, para se proteger PT e PL, principalmente, para proteger os que lá foram e lá estavam”, disse Lira em entrevista à GloboNews.

Para o presidente da Câmara, as brigas ofuscaram a histórica promulgação da reforma tributária.

“O fato ontem, claro, depreciava, desmoraliza, é ruim para o Parlamento. As imagens que ficam e que vão para o mundo são depreciativas [...]. Eu não concordo com tudo que o presidente Lula defende e, nem por isso, nós nunca nos agredimos. Ele defende ideias diversas das nossas, mas a política é a arte de viver com contrários, a arte de conviver com pessoas nessa pluralidade partidária que a Câmara tem”, completou.

O Republicanos prepara uma representação contra Washington Quaquá para o Conselho de Ética. No documento, o partido vai pedir a cassação do mandato do parlamentar pela agressão cometida contra Messias Donato.

A agressão ocorreu enquanto o petista filmava deputados bolsonaristas que gritavam contra Lula. Quaquá trocou ofensas com o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), com ataques homofóbicos.

Na sequência, Messias Donato puxou o braço do petista, em aparente tentativa de retirar o celular da mão do parlamentar. Em troca, Quaquá deu um tapa no rosto do deputado capixaba.

O deputado petistas disse à Folha que não se arrepende da agressão.

Cézar Feitoza/Folhapress

Cimed volta aos M&As e quer “marca referência” para bebês



Em sua primeira aquisição nos últimos dez anos, a Cimed está comprando a R2M, a terceira maior empresa do Brasil no mercado de lenços umedecidos. A transação é um primeiro passo do CEO João Adibe para criar “uma marca que seja referência para o bebê brasileiro,” o empresário disse ao Brazil Journal. A R2M é dona das marcas Bebê Limpinho e Snow Baby, que são vendidas principalmente nas farmácias São João e em alguns supermercados. O valor da transação não foi revelado. A companhia faturou R\$ 180 milhões no ano passado, com uma margem EBITDA de 18%. Segundo a Cimed, essa receita posiciona a R2M como o terceiro maior player desse mercado, atrás

apenas da Kimberly-Clark, dona da marca Huggies, e da P&G, dona da Pampers. Adibe disse que a Cimed espera dobrar esse faturamento já no ano que vem apenas implementando sua distribuição, que permitiria colocar os produtos “rapidamente” em mais de 50 mil pontos de venda. Para efeito de comparação: a Cimed deve fechar este ano com um faturamento de R\$ 3 bilhões, o maior de sua história. A R2M tem duas fábricas hoje: uma em Chapecó (Santa Catarina), e outra em Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais. Com a capacidade produtiva dessas duas plantas já seria possível dobrar as vendas, ocupando apenas a ociosidade atual. “Se dobrar o turno, conse-

guimos triplicar as vendas,” disse Adibe. No futuro, um dos planos é construir uma terceira fábrica — cujo local será definido de acordo com a demanda. Com a aquisição, a Cimed entra na terceira maior categoria de produtos dentro do segmento de bebês, atrás apenas das fraldas e do leite. Só nas farmácias, esse mercado movimenta cerca de R\$ 1 bilhão por ano, mas como os produtos também são vendidos em supermercados e outros canais, a estimativa é que o mercado endereçável seja muito maior, na casa dos R\$ 4 bilhões. A Cimed já operava no segmento de bebês na categoria de pomadas para assaduras — principalmente com a marca Babymed, que tem 50% de market share, segundo Adibe.

Brazil Journal

Estée Lauder investe na marca chinesa de perfumes Melt Season

O grupo americano de cosmética Estée Lauder continua focado no mercado da beleza chinês. Depois de adquirir, em setembro, uma participação minoritária na marca chinesa de cuidados da pele e maquiagem Code Mint através do seu veículo de investimento New Incubation Ventures, o grupo se direciona para o segmento de perfumes e investe na Melt Season.

O grupo não comunicou o valor da operação, mas esta participação minoritária na marca de perfumes chinesa, que também é realizada com a New Incubation Ventures, é a primeira da Estée Lauder em uma marca de perfumes chinesa. Note-se que dentro de dois anos a China poderá tornar-se o segundo maior mercado do mundo da perfumaria fina, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2022,

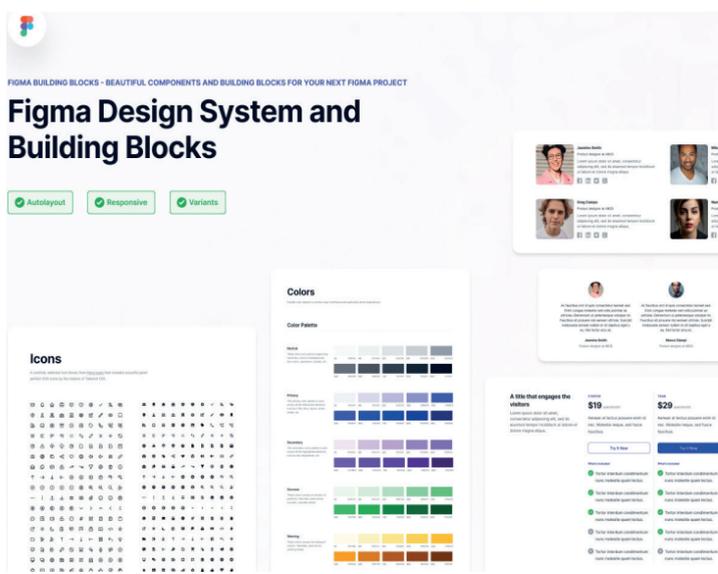
a L’Oréal também adquiriu uma participação minoritária na marca chinesa de perfumes Documents.

Fundada em 2020 por Lishi Ni, a jovem marca premium já realizou uma primeira rodada de financiamento em 2020 com a One Capital e uma segunda em 2022 com a Breeze Capital. Esta operação surge em um momento em que os resultados do grupo não andam muito bem. No primeiro trimestre do seu exercício financeiro de 2024, a Estée Lauder sofreu um declínio de 10% no volume de negócios, para 3,52 bilhões de dólares. Resultados que a empresa explica como “pressões antecipadas nas atividades de travel retail na Ásia, bem como ventos contrários crescentes de uma recuperação mais lenta do que o esperado em produtos de prestígio na China continental”.

Fashion Network



Adobe desiste de fusão de US\$ 20B com Figma após “pente fino” da UE



Em 2022, foi anunciada uma fusão multibilionária no valor de US\$ 20 bilhões entre a Adobe e a plataforma de design Figma, desencadeando um ano de escrutínio por parte dos reguladores europeus. A resistência por parte de órgãos como a Comissão Europeia e a U.K. Competition and Markets Authority resultou no cancelamento do negócio.

Em um comunicado à imprensa na segunda-feira (18), ambas as empresas afirmaram que, embora continuassem a acreditar nos méritos e benefícios pró-competitivos da fusão, concordaram mutuamente em encerrar a transação. Isso se baseou em uma avaliação conjunta de que não havia um caminho claro para obter as aprovações regulató-

rias necessárias da Comissão Europeia e da U.K. Competition and Markets Authority.

Desde o anúncio em setembro do ano passado, o negócio foi amplamente criticado por muitos órgãos reguladores, que alegaram que seria prejudicial ao segmento de ferramentas gráficas, onde a Adobe já é líder de mercado. Tanto a agência antitruste do Reino Unido quanto a da União Europeia lançaram investigações para examinar os impactos do negócio, complicando ainda mais a fusão.

As agências reguladoras expressaram a principal preocupação de que, embora os produtos das empresas não fossem idênticos, a Figma era líder em ferramentas de design de produtos interativos e exercia uma “influência

restritiva” sobre a Adobe no meio digital. Portanto, a aquisição da Figma pela Adobe prejudicaria a capacidade da Figma de ser um “concorrente eficaz”.

Nos Estados Unidos, o destino do negócio seguia uma trajetória semelhante, com a possibilidade de o Departamento de Justiça intervir e bloquear a transação, resultando em perdas nas ações da Adobe. Embora o Departamento de Justiça dos EUA tenha analisado cuidadosamente o acordo ao longo de 2023, não tomou nenhuma medida formal para impedir a transação. No entanto, surgiram notícias de que Adobe e Figma estavam se reunindo com o Departamento de Justiça em uma última tentativa de evitar ações legais.

Startups

Gagigu Empreendimentos Imobiliários e Comércio Ltda.

CNPJ/MF nº 53.284.352/0001-82 - NIRE 35.203.452.452

Ata de Reunião de Sócios realizada em 5 de dezembro de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 5 de dezembro de 2023, às 12:00 horas, na sede social da empresa Gagigu Empreendimentos Imobiliários e Comércio Ltda., na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Artur Ramos, 241, cj. 73, CEP 01454-011 ("Sociedade"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 1.072, parágrafo 2º, do Código Civil, em virtude da presença de sócios titulares da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Alberto Almonacid; Secretária: Ana Meri Florentino. **4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca das seguintes matérias: (i) redução do capital social da Sociedade com fulcro no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil e forma de reembolso do valor aos sócios; e, (ii) aprovar para que os sócios voltem a se reunir para promoverem a respectiva Alteração do Contrato Social, após o cumprimento do artigo 1.084 do Código Civil. **5. Deliberações:** Visto, tratado e discutido o assunto constante da ordem do dia, os Sócios, sem restrições e por unanimidade, deliberaram: (i) Aprovam os sócios reduzir o capital social da Sociedade de R\$ 1.000,00 (mil reais) para R\$ 700,00 (setecentos reais), redução, portanto, de R\$ 300,00 (trezentos reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do art. 1082, inciso II da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), cancelando-se proporcionalmente a participação societária da Sôcia **Morocó Participações e Comércio S.A.**, correspondente a 700 (setecentas) quotas, passando o capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais) para R\$ 700,00 (setecentos reais), dividido em 700 (setecentas) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, e, posteriormente, restituição à Sôcia **Morocó Participações e Comércio S.A.** (ii) aprovam o pagamento do reembolso mediante a restituição em dinheiro, bens e direitos do ativo da Sociedade, pelo valor contábil, conforme faculta o artigo 22 da Lei nº 9.249/1995. (iii) aprovam a determinação para que os sócios voltem a se reunir, respeitado o prazo e as condições estabelecidas no artigo 1.084 do Código Civil para não havendo oposição de terceiros, promoverem a respectiva Alteração do Contrato Social da Sociedade, consolidando-se a referida alteração do capital. (iv) o sócio **Gustavo Alberto Almonacid** anui expressamente e integralmente com presente redução de capital e restituição à Sôcia **Morocó Participações e Comércio S.A.** do valor correspondente à redução ora deliberada, deduzida do valor de suas quotas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos para a lavratura e leitura da ata que, achada conforme, foi aprovada por unanimidade, sendo assinada por sócios titulares da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, pela Sra. Secretária e pelo Sr. Presidente, que declarou encerrados os trabalhos, devendo a ata ser publicada na forma do §1º do artigo 1.084 do Código Civil para que produzam os devidos efeitos legais. São Paulo, 5 de dezembro de 2023. **Gustavo Alberto Almonacid**, Presidente; **Ana Meri Florentino**, Secretária. Sócios presentes: **Morocó Participações e Comércio S.A.**, Gustavo Alberto Almonacid, Gustavo Alberto Almonacid.

C.L.O Rodoanel Osasco SPE S.A

CNPJ nº 29.967.703/0001-75 - NIRE 35300528557

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de dezembro de 2023

Data/Hora/Local: 01/12/2023, 14hs, em São Paulo/SP. **Presença:** A totalidade dos acionistas da companhia. **Mesa:** Presidente: **Renato Kluger**; Secretário: **Marines Hepp Parrilla**. **Convocação:** Dispensada. **Deliberações aprovadas:** A redução do capital social integralizado, atualmente de R\$ 126.772.000,00 reais em R\$ 8.011.868,00, passando ele a ser de R\$ 118.760.132,00 representado por igual número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; sendo a redução correspondente a igual número de ações integrantes dos grupos de ações 5 e 6 (4.007.657 ações do grupo 5 e 4.004.211 ações do grupo 6), vinculadas aos galpões 05 e 06, sendo essas ações de titularidade da acionista **SI Project Empreendimentos Imobiliários Ltda**, independentemente de parecer do conselho fiscal que não foi instalado; b) aprovação da entrega à acionista **SI Project Empreendimentos Imobiliários** dos galpões 05 e 06 vinculados aos grupos de ações cancelados; c) em razão da impossibilidade passageira de outorga de escritura, transferir ao acionista retirante, juntamente com o crédito decorrente da redução de capital, os direitos de usar e fruir dos galpões 05 e 06, a partir desta data, transferíveis a terceiros, da mesma forma que o crédito decorrente da redução de capital e isentando o acionista retirante, por decisão unânime dos acionistas e em caráter excepcional do pagamento da multa prevista no mesmo acordo de acionistas, por saída da exploração comum da locação, sem prejuízo, no entanto, da obrigação de respeitar integralmente os contratos de locação vigentes relativos aos dois galpões; d) autorização à Diretoria da Companhia para após a publicação da presente ata e transcurso do prazo legal de 60 dias promover seu registro na JUCESP e praticar todos os atos necessários à formalização dos atos acima mencionados; e; e) Nova redação do Estatuto Social: **Artigo 5º** O capital social, é de R\$ 118.760.132,00 reais, dividido em 118.760.132,00 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto, já integralizadas anteriormente em dinheiro e créditos junto à sociedade. Parágrafo primeiro: As ações em que se divide o capital social são agrupadas em 34 grupos de ações, grupos esses numerados de 1 a 34, compostos de quantidades diferentes de ações, de acordo com os critérios adiante especificados. Parágrafo segundo: Cada um dos trinta e quatro grupos de ações em que se divide o capital social fica vinculado a uma das 34 unidades autônomas "galpão" do condomínio denominado Centro Logístico Osasco Rodoanel, de propriedade da Sociedade, situado na Av. Leonil Crê Bortolasso, 945, Bairro São Pedro, Osasco/SP, perfeitamente e de acordo com o quadro demonstrativo identificado como Anexo I e integrante da presente ata ficando estabelecido que cada um dos trinta e quatro grupos de ações será indivisível em relação à sociedade, de modo que a cada um deles sempre corresponderá a uma unidade "galpão" em sua totalidade. Nada mais. São Paulo, 01/12/2023.

Etze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 - NIRE 35.300.548.141

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

A Diretoria da Etze Seguros S.A., convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em AGE, que realizar-se-á no dia 29/12/23, 14h30, na sede da Cia., Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50, 10º andar, Vl. Nova Conceição, São Paulo/SP, também através de vídeo conferência, com a seguinte ordem do dia: **1)** Considerando a não homologação do aumento de capital deliberado na AGE de 14/12/22, em observação ao que consta no Parecer Eletrônico nº 1589/2023/COAUT/CGRAJ/DIR1/SUSEP e na Nota Jurídica nº 00078/2023/CGAFI/PFE/SUSEP-SEDE/PGF/AGU, deliberar sobre a revogação do item "a" da ata da AGE realizada às 16h30 do dia 14/12/22, JUCESP nº 43.963/23-7, por despacho de 27/01/2023 e, retificar as consolidações do estatuto subsequentes; **2)** alterar o Art. 4º do Estatuto Social. São Paulo, SP, 15/12/23. **A Diretoria.** (21, 22 e 23/12/2023)

Como funciona o IVA criado pela reforma tributária

Cada empresa recolhe efetivamente apenas o imposto referente ao valor que adicionou ao produto ou serviço

Etapa 1

Venda de insumo agropecuário



Etapa 2

Venda do alimento industrializado



Etapa 3

Venda final ao consumidor



* O crédito pode ser devolvido posteriormente ou em tempo real (como no exemplo acima), a depender do sistema tributário
Fonte: Elaboração própria

Hotmoney – Securitizadora de Créditos e Recebíveis Comerciais S.A.

CNPJ/MF nº 52.965.366/0001-07

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2023

Data/Hora/Local: 05/12/2023, 15hs, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente, **Chen Chi Tao**; Secretária, **Ana Chen Kamiyama**. **Resoluções:** **6.1** Aprovar a Emissão, nos termos do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações e conforme "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples", Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries da Espécie Flutuante, com privilégio real sobre o ativo da companhia, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da **Hotmoney – Securitizadora de Créditos e Recebíveis Comerciais S.A.** ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado pela Companhia, que terá as seguintes características e condições: (a) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R\$ 6.800.000,00 na data de emissão das Debêntures; (b) Número de Séries: a Emissão será realizada em 2 séries; (c) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 68 Debêntures, sendo 18 debêntures de série 1 no valor de R\$ 100.000,00 cada, com remuneração de 1,00% ao mês e pagamento no final, e 50 debêntures de série 2 no valor de R\$ 100.000,00 cada, com remuneração de 1,00% e pagamento mensal; (d) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$100.000,00 na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (e) Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário: não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário; (f) Espécie, Forma e Conversibilidade: as Debêntures serão da espécie fluante e serão nominativas, escriturais e sem emissão de caudais ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (g) Garantia privilégio sobre o ativo da companhia: a Hotmoney – Securitizadora de Créditos e Recebíveis Comerciais S.A., S.A. emissora das debêntures, com sede na Avenida Nove de Julho, nº 5049, Conjunto 1B, Jardim Paulista, CEP 01407-904, na cidade de São Paulo SP, prestará fiança em favor dos titulares de Debêntures, em garantia fluante do pontual e integral adimplemento e todas as obrigações, principais e acessórias, obrigando-se como fiadora através do privilégio real sobre o ativo da companhia Finalmente. Nada mais. SP, 05/12/2023.

Pêssego Transportes Ltda.

CNPJ/MF nº 20.589.286/0001-08

Comunicado de Abandono de Emprego

Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos **Sr. Adenilson dos Santos**, CTPS 0007 0404/00245/SP, a comparecer na empresa, na Avenida Jacú Pêssego, 581, Conjunto José Bonifácio, São Paulo-SP, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas desde 08/11/2023, dentro do prazo de 48 hs a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, nos termos da letra "i" do Artigo 482 da CLT.

Sima Administradora de Bens Próprios Ltda. EIRELI

CNPJ/MF nº 30.311.396/0001-59 – NIRE 35.630.146.941

Redução de Capital

Pelo presente instrumento particular, o titular, **Maurício Calil**, RG nº 11558498 SSP-SP e CPF nº 044.338.618-80; Promove uma redução de capital de R\$1.500.000,00, (1.500.000 quotas no valor unitário de R\$ 1,00 cada), para R\$ 100.000,00, (100.000 quotas no valor unitário de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente nacional. Resolve alterar o endereço da empresa. Resolve por fim, o titular, reescrever e consolidar o contrato social.

CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 – NIRE 35.300.582.781

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da CIP S.A., com sede em São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar ("Núcleo" ou "Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30/01/2024, às 10:00 horas, exclusivamente de modo digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), a qual terá como ordem do dia: **(a)** Reforma do artigo 2º do Estatuto Social, a fim de incluir as seguintes atividades no objeto Social da Companhia: **(i)** a prestação de serviços de tecnologia da informação; **(ii)** prestação de serviços relacionados aos dados processados em seu mercado, incluindo a padronização, classificação, análises, cotações, estáticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, disponibilização de informações, inclusive para atendimento à legislação e regulação vigentes, biblioteca, bem como desenvolvimento, licenciamento, operação e suporte técnico de softwares, sistemas e plataformas de tecnologia da informação; **(iii)** prestar suporte técnico, de mercado, administrativo e gerencial, relacionado ao seu objeto social; **(iv)** desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; **(v)** desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; **(vi)** suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; **(vii)** serviços de análise de dados e prestação de informações gerais; **(viii)** assessoria e consultoria relacionados a sistemas de tecnologia da informação e combate à fraude; **(ix)** atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; **(x)** atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e **(xi)** gestão de ativos intangíveis não financeiros; **(b)** Ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração, os Srs. **Erick Warner de Carvalho** e **Pedro Bramont**, formalizada na Reunião do Conselho realizada em 04.10.2023; e **(c)** Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações constantes da ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados pelos administradores neste fim. **Orientações gerais:** O acionista que desejar participar na Assembleia deverá enviar e-mail para o endereço: **governancacorporativa@nuclea.com.br** preferencialmente, com no mínimo, 48 horas de antecedência, solicitando o link de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter: **(i)** a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ, e, se for o caso, de seu representante legal; **(ii)** telefone e endereço de e-mail do solicitante e/ou do procurador; e **(iii)** cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas **(a)** cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e **(b)** da documentação societária que outorgue poderes e representação ("Documentos Necessários"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e registro das normas da Companhia, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Núcleo enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação na Assembleia. Na hipótese de o acionista não receber o link (Teams) de acesso com até 24 horas de antecedência do início da Assembleia, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: **governancacorporativa@nuclea.com.br** para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível com 30 minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 minutos de antecedência. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia, e a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. **Orientações para o envio de Boletim de Voto à Distância.** Também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto à distância que tenha sido considerado válido nos termos deste Edital. O boletim de voto à distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão endereço seguinte eletrônico: https://www2.nuclea.com.br/Documents/Boletim_Voto_Distancia.pdf deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar da assembleia por tal modalidade. O boletim de voto à distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que **(a)** no caso de e-mail, o acionista deve enviar cópia digitalizada, em formato PDF, em conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail **governancacorporativa@nuclea.com.br** ou **(b)** no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto à distância em conjunto com os Documentos Necessários (abaixo especificados) para o endereço: **CIP S.A. | Núcleo** Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/c: Governança Corporativa. Vale ressaltar que os boletins de voto à distância somente serão recepcionados e considerados válidos se recebidos pela Núcleo até o dia 26/01/2024, tendo a Núcleo, em até 2 dias do recebimento de cada boletim de voto à distância, que comunicar: **(a)** o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou **(b)** a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de se fazer presente à Assembleia através da Plataforma Digital e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado. São Paulo, 21/12/2023. **Edeilson Viani** – Presidente do Conselho de Administração. (22, 23 e 27/12/2023)

comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,8749 / R\$ 4,8755 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,8848 / R\$ 4,8868 *
Turismo - R\$ 4,9053 /
R\$ 5,0853
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: -0,49
OURO BM&F
R\$ 285,000

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,05%
Pontos: 132.182
Volume financeiro:
R\$ 19,838 bilhões

Maiores altas: Braskem PN
(7,07%), Grupo Soma ON
(5,41%), GOL PN (5,35%)

Maiores baixas: Casas
Bahia ON (-5,12%), Al-
pargatas PN (-2,25%), IRB

Brasil RE ON (-2,02%)
S&P 500 (Nova York):
1,03%

Dow Jones (Nova York):
0,87%

Nasdaq (Nova York):
1,26%

CAC 40 (Paris): -0,16%
Dax 30 (Frankfurt):
-0,27%

Financial 100 (Londres):
-0,27%
Nikkei 225 (Tóquio):
-1,59%

Hang Seng (Hong Kong):
0,04%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,57%

CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 1,01%
Merval (Buenos Aires):
2,5%

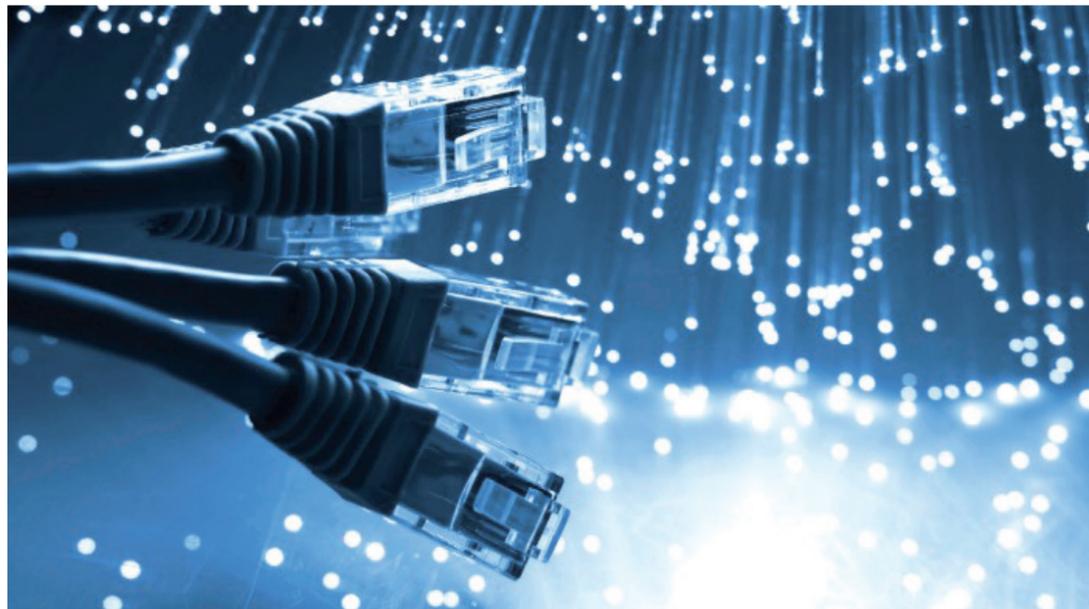
IPC (México): 1,02%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%

Negócios

Uma nova provedora de internet nasce já com a Petrobras de cliente e mirando faturar R\$ 100 milhões



No passado, a consolidação de uma provedora de internet no mercado representava um desafio considerável, principalmente em termos de infraestrutura. A instalação de cabos era uma empreitada dispendiosa, e as manutenções eram ainda mais onerosas. Portanto, alcançar um número significativo de cidades no Brasil era uma prerrogativa reservada às grandes empresas, como Claro, Oi e Vivo. Para as provedoras menores, que somam mais de 12.000 no Brasil, o foco permanecia predominantemente regional. Recentemente, o cenário passou por uma transformação com a entrada de empresas de rede neutra no Brasil. Essas empresas alugam seus cabos,

permitindo que provedoras se concentrem exclusivamente na operacionalização e comercialização dos serviços de internet. Um exemplo proeminente desse modelo é a V.tal, uma empresa de fibra óptica originada da separação da infraestrutura da Oi e posteriormente adquirida pelos fundos da Globenet Cabos Submarinos e do BTG.

Esse movimento abriu espaço para uma nova oportunidade de mercado: provedoras relativamente menores em comparação às gigantes do setor, mas capazes de operar em nível nacional sem a necessidade de instalação e gestão da infraestrutura de rede.

É nesse contexto que surge a SecureLink, uma provedora de internet recém-lança-

da que já firmou um contrato de 20 milhões de reais com a Petrobras. A proposta da empresa é atuar como provedora de internet para médias e grandes empresas no Brasil, tanto públicas quanto privadas.

Flávio Lang, cofundador da SecureLink, destaca a lacuna existente no mercado, onde as grandes operadoras cobram caro devido à sua estrutura pesada, enquanto as regionais têm cobertura limitada. A SecureLink visa preencher esse espaço ao atuar em diversos estados do Brasil e integrar fornecedores variados. A empresa tem como meta conquistar 40 clientes até o final do próximo ano, almejando um faturamento de 100 milhões de reais em três anos.

Exame

Clima extremo preocupa, e meteorologia cresce com indústria, agro e até supermercados



Era o início da década de 1990, a internet mal havia chegado ao Brasil. Em um escritório em São Paulo, dois meteorologistas experientes preenchiam uma lauda do Microsoft Word com mapas meteorológicos com dados da previsão do tempo.

Eles enviavam aquele documento via fax para dezenas de agricultores, que de outros estados dependiam daquelas informações para saber o que podia acontecer com suas colheitas nos próximos cinco dias.

Naquela época, a ClimaTempo tinha acabado de ser criada. Era uma das primeiras empresas privadas de meteorologia do Brasil. Hoje, a

Governo muda regras para geladeiras, e indústria prevê preço acima de R\$ 5.000

O Ministério de Minas e Energia pretende reforçar as normas de eficiência energética que determinam quais modelos de geladeiras e freezers para uso doméstico podem ser comercializados no país, de acordo com uma resolução divulgada no início deste mês.

Com essa medida, a Eletros, entidade representativa do setor, antecipa a retirada do mercado de refrigeradores mais acessíveis, resultando em um aumento do preço mínimo do produto para mais de R\$ 5.000, conforme apontado pela associação. Atualmente, é possível encontrar modelos a partir de R\$ 1.500 em diversos sites de varejistas, conforme levantamento realizado pela reportagem.

Na primeira fase, que entra em vigor em 31 de dezembro próximo, somente serão permitidos a fabricação e a importação de refrigeradores que tenham um índice máximo de 85,5% do consumo padrão de energia. As fabri-

cantes e importadoras ainda poderão comercializar os produtos que já foram produzidos e importados antes desse prazo até o final de 2024. A partir de 31 de dezembro de 2025, os varejistas e atacadistas não poderão mais vender modelos com índice de eficiência energética acima desse patamar. Quanto menor o índice, melhor a eficiência energética. Esse indicador revela quanto o eletrodoméstico consome em relação a um valor padrão, variando de acordo com o modelo e calculado a partir de fatores como o volume dos compartimentos do refrigerador.

Até o final de 2027, esse limite será ajustado para 90%, como estabelecido na segunda fase. Embora esse valor seja maior do que na etapa anterior (85,5%), as regras de desempenho mais rigorosas entrarão em vigor a partir de 2026, de acordo com fabricantes e especialistas.

Atualmente, o índice máximo permitido está acima de 96%.

Biznews



companhia é a maior consultoria meteorológica da América Latina, com faturamento de R\$ 70 milhões por ano.

E o mercado, que à época dependia de fax, hoje é engolido por gigantes da tecnologia. A própria ClimaTempo foi vendida há quatro anos para a norueguesa StormGeo, uma das maiores no setor de ciência de dados e inteligência meteorológica.

Em outro lado da cadeia, o Google acabou de lançar um modelo, feito à base de inteligência artificial, que consegue prever o clima nos próximos dez dias em menos de um minuto.

As mudanças climáticas aceleram esse mercado, tanto do lado da

procura quanto da oferta.

De acordo com um levantamento feito pela consultoria de investimentos TCP Partners, o mercado global de sistemas de previsão meteorológica vai crescer mais de 50% até 2030, com o crescimento médio anual de 5,3%. Em comparação, a economia global deve crescer 2,2% por ano até 2030, segundo o Banco Mundial.

O impulso, analisa a consultoria, virá da expansão das indústrias de aviação e transporte marítimo, fiéis consumidores dos sistemas meteorológicos, além do aumento das preocupações de setores que dependem diretamente do clima, como o agronegócio.

Pedro Lovisi/Folhapress